

PERGUNTAS MAIS FREQUENTES

MANUAL DA IGREJA DO NAZARENO 2013-2017

O *Manual* está disponível para compra em livro impresso em inglês pela Casa Nazarena de Publicações (EUA). O *Manual* também é acessível *on-line* pelo site *nazarene.org*. O *Manual* também está disponível eletronicamente de várias formas através de outras organizações.

As referências ao parágrafos listados aqui são do *Manual da Igreja do Nazareno 2013-2017*.

1. Os procedimentos da lei civil têm precedência sobre as diretrizes das eleições na igreja local? (parágrafos 113.4, 123, 124, 142)

Sim.

2. O pastor de uma igreja vota nas eleições da igreja local? (parágrafos 113.1, 521, 523, 524)

Sim, a não ser que seja um pastor interino ou uma atribuição de serviço pastoral, mas a membresia dele(a) não esteja naquela igreja local.

3. A reunião anual da igreja pode ocorrer no mesmo culto do segundo domingo em que o anúncio foi feito? (parágrafo 113.7)

Sim. Entretanto, ela deve ser anunciada pelo menos dois DOMINGOS antes da reunião anual da igreja, mas a reunião pode acontecer após o culto da manhã e /ou no culto da noite do segundo domingo em que foi anunciada.

4a. Qual é a membresia máxima da junta da igreja? (parágrafos 127, 137, 141)

O máximo é 25.

4b. Qual é a membresia mínima da junta da igreja? (parágrafos 113.12, 137, 141)

O mínimo é seis, a não ser que uma estrutura de uma junta ou comitê alternativo tenha sido aprovada. Se uma estrutura de junta ou comitê alternativa tiver sido aprovada, não tem número mínimo.

NOTA: Uma deliberação da Junta de Superintendentes Gerais (de 5 de dezembro de 1986) declara que “Em uma igreja com um número pequeno de membros não há estipulação no Manual que impeça um indivíduo de preencher papéis duplos, como ecônomo e Superintendente do MEDI, sendo assim, reduzindo o número de membros da junta da igreja. Entretanto, mesmo não tendo tais proibições, onde houver mais pessoas espiritualmente qualificadas para levar as responsabilidades da membresia da junta da igreja, essa prática deve ser desencorajada.”

5a. O pastor pode ser eleito presidente da Juventude Nazarena Internacional (JNI)?

Não, mas o pastor pode assumir esse papel com a aprovação da junta da igreja.

5b. O presidente da JNI, o superintendente do Ministério de Escola Dominical e Discipulado Internacional (MEDI) ou o presidente de Missões Nazarenas Internacionais (MNI) podem ser eleitos como ecônomos ou mordomos da junta da igreja? (parágrafos 137, 141, 146, 151, 153.2)

Sim.

6. Pode uma pessoa, que não seja o pastor, ser indicada para ser presidente da junta local da igreja? (parágrafos 128, 515.15)

Não. A junta da igreja pode designar um indivíduo para “presidir” as reuniões da junta para conduzir os negócios, mas o Manual diz que o pastor é “o presidente da junta da igreja local.”

7a. Um ministro licenciado sem designação é elegível para servir na junta da igreja local? (parágrafo 127)

Não. Um ministro licenciado sem designação não é elegível para servir na junta da igreja local.

7b. Um ministro aposentado pode servir na junta da igreja local? (parágrafo 127)

Um ministro com designação aposentado é elegível para servir na junta da igreja local, desde que ele ou ela não seja um funcionário pago.

Um ministro aposentado sem designação não é elegível para servir na junta da igreja local, a não ser que o ministro aposentado sem designação tome uma posição designada ativa que seja reconhecida pelo distrito (ex., serviço pastoral, serviço de evangelismo aposentado, etc.), e esse indivíduo não seja um funcionário pago da igreja local.

7c. Um pastor auxiliar não assalariado, que seja um ministro licenciado, é elegível para a membresia da junta de uma igreja local? (parágrafo 127)

Sim, um pastor auxiliar/ministro licenciado é elegível para servir na junta da igreja local se o distrito considera-lo um ministro designado.

7d. Um ministro que arquivou suas credenciais com a Secretaria Geral, porque está em um trabalho secular, é elegível para servir na junta da igreja local? (parágrafos 127, 536)

Não. Um ministro que arquivou suas credenciais com a Secretaria Geral, porque está em um trabalho secular não é elegível para servir na junta da igreja local, porque essa pessoa ainda é um ministro, mas sem designação.

Nota: Isso também se aplica a ministros com o status de credenciais retirada, entregue ou removida.

Entretanto, se o ministro escolher mudar seu status de credenciais de aquivado para renunciado (o que mudaria o status do indivíduos de ministro para leigo), então, seria possível ser indicado para eleição da membresia da junta da igreja local.

8. Pode um ministro não designado ser eleito como presidente da MNI, presidente da JNI ou superintendente do MEDI? (parágrafo 127)

Não. Esses oficiais são membros ex-officio da junta da igreja local e ministros não designados não são elegíveis para servirem na junta da igreja local.

9a. É exigido que o secretário da junta da igreja e o tesoureiro da junta da igreja sejam membros da junta da igreja? (parágrafos 129.19, 129.20)

Não. A junta pode indicar esses oficiais de fora da membresia eleita da junta da igreja. Entretanto, esses oficiais não teriam nenhum privilégio de votação na junta e só teriam o privilégio de voz quando permitido pelo presidente da junta.

9b. É exigido que o secretário da junta da igreja e o tesoureiro da junta da igreja sejam membros da Igreja do Nazareno que os elegeu tanto para a posição de secretário quanto para a posição de tesoureiro? (parágrafos 113.11, 129.19-129.20)

Sim, esses indivíduos devem ser membros da Igreja do Nazareno onde eles forem convidados para servirem como oficiais.

10. Podem ser feitas nomeações do plenário em quaisquer reuniões da igreja local? (parágrafos 34, 113.10)

Sim. Quando uma cédula é apresentada para aprovação em uma reunião anual ou especial, nomes podem ser indicados do plenário para nomeação, mas eles devem ser passados para o Comitê de Nomeação para conferência, antes das eleições acontecerem. A reunião de negócios será suspensa enquanto essa conferência estiver acontecendo. (O comitê estará conferindo as nomeações com o parágrafo 34 do Manual para ver se as qualificações são suficientes para a nomeação). O corpo pode então aceitar uma cédula ajustada, se o Comitê de Nomeações recomendar que nomes adicionais sejam colocados na cédula.

11. Podem ser feitas nomeações do plenário em uma assembleia distrital? (parágrafos 34, 202.1)

Sim. Uma deliberação da Junta de Superintendentes Gerais (de 17 de setembro de 2013) “A exigência do parágrafo 202.1 do Manual para ‘usar’ um Comitê de Nomeação Distrital não proíbe indicações do plenário. Em uma reunião da assembleia distrital, se nomeações forem feitas do plenário, elas podem ser enviadas para o Comitê de Nomeação para conferência, para garantir que tais nomeações estão de acordo com o parágrafo 34. Em harmonia com o parágrafo 34, as nossas igrejas são dirigidas para “eleger como oficiais da igreja, os membros ativos da igreja local que professam a experiência da inteira santificação e cujas vidas tenham um testemunho público à graça de Deus que nos chama a uma vida de santidade; que estão em harmonia com as doutrinas, política, e práticas da Igreja do Nazareno, e que apoiam a igreja local fielmente em presença, serviço ativo, e com os

dízimos e ofertas. Os oficiais da Igreja devem estar completamente envolvidos em 'fazer discípulos a semelhança de Cristo nas nações.' Os nossos oficiais distritais devem preencher pelo menos esses requisitos mínimos."

12. Um pastor pode dispensar um assistente na igreja local? (parágrafo 160.2)

Sim, já que o emprego é somente das provisões de um ano, um pastor pode escolher não re-nomear, sendo assim, encerrar o emprego. Entretanto, se o término do emprego for anterior ao fim do termo do emprego (fim do ano fiscal da igreja), a junta da igreja teria que aprovar a ação com maioria absoluta de votos, e uma aprovação do superintendente distrital também seria necessária.

13a. Quais pessoas da equipe da igreja devem renunciar quando um pastor *sênior* ou titular resignar? (parágrafo 160.5)

TODOS da equipe pastoral devem renunciar. Qualquer diretor/administrador de creches e escolas também devem renunciar, ficando efetivo no final do ano letivo. Entretanto, a junta da igreja local e o superintendente distrital podem aprovar designações interinas. O superintendente distrital deve determinar se um gerente ou auxiliar administrativo deve ou não renunciar, se a situação surgir.

13b. Um secretário oficial da igreja ou um responsável por finanças deve renunciar quando um pastor *sênior* ou titular resignar? (parágrafos 127, 160.4, 160.5)

Não. Somente a equipe ministerial deve renunciar. Qualquer pessoa da equipe, seja da área de secretaria ou finanças não teria que renunciar, a não ser que o superintendente distrital determine que isso seja necessário, baseado em uma posição específica.

14. Um superintendente distrital pode indicar um pastor substituto ou interino? (parágrafos 209, 209.1, 523, 524)

Sim, com o consentimento da junta da igreja local. Se o indicado for um pastor interino, ele deve ser indicado com a aprovação da junta da igreja e da Junta Consultiva Distrital.

15a. É necessário que o superintendente distrital prove a contratação da equipe de secretariado e finanças na igreja local? (parágrafo 208.13)

Não.

15b. Um membro não pago da equipe (pastor auxiliar) precisa ser aprovado pelo superintendente distrital? (parágrafo 208.13)

Sim.

16. Um ministro que arquivou suas credenciais com a Secretaria Geral pode oficializar casamentos? (parágrafo 536)

Não. NOTA: Essa resposta também é aplicável para ministros foram retirados, que entregaram ou tiveram suas credenciais removidas.

17. Uma revisão especial da igreja/relacionamento pastoral pode ser convocada durante os dois primeiros anos de serviço pastoral? (parágrafos 113.8, 124)

Sim. NOTA: Um notificado para uma reunião especial da igreja deve ser anunciada em, pelo menos, dois cultos anteriores regulares.

18. Uma revisão regular da igreja/relacionamento pastoral, qual é a definição da frase “dentro de sessenta dias do segundo aniversário do serviço pastoral?” (parágrafo 123)

Significa 60 dias antes do aniversário ou 60 dias depois do aniversário.

19a. Um ministro não designado pode ser eleito como delegado da igreja local para a assembleia distrital? (parágrafo 201)

Não. Os delegados da assembleia distrital eleitos pela igreja local são os delegados “leigos”. Quando um ministro é sem designação ou aposentado sem designação, ele não é elegível para ser delegado da assembleia distrital. NOTA: A exceção para um ministro aposentado sem designação é se o indivíduo tomar uma posição ativa designada que seja reconhecida pelo distrito e se o ministro estiver servindo naquela designação no momento da assembleia distrital.

19b. Um ministro que sua credencial foi arquivada, removida ou entregue pode ser eleito como delegado da igreja local para a assembleia distrital? (parágrafos 201, 536)

Não. Somente ministros designados pode ser delegados pela sua designação. Se o status da credencial de um ministro for “arquivada, removida ou entregue”, ele não é um ministro “designado”. Um ministro que tem um status de credencial “renunciada” é elegível para ser delegado leigo pela igreja local, porque a renúncia da credencial indicou que ele escolheu tornar-se uma pessoa leiga permanentemente.

20. Uma igreja tipo missão que tem membros tem representação de delegados na assembleia distrital? (parágrafo 113.15)

Sim.

21. Um ministro aposentado deve apresentar relatórios anuais para sua assembleia distrital?

Sim. Uma deliberação da Junta de Superintendentes Gerais (de 26 de março de 2010) declara: “...que todos os ministros licenciados, presbíteros e diáconos devem submeter um relatório anual para a assembleia distrital. Isso é aplicável mesmo que o status de aposentado tenha sido oficialmente dado por um distrito... no caso de uma incapacidade de um ministro aposentado (licenciado ou ordenado), a Junta Consultiva Distrital pode aprovar uma exceção da exigência de um relatório anual.”

22. A junta da igreja local pode preencher uma vaga na junta da igreja? (parágrafos 139, 144, 146, 810.108, 811 Artigo V)

Não. As vagas devem ser preenchidas como descrito nos processos do Manual para eleições anuais e especiais. Se a junta da igreja escolher, as vagas podem ficar sem ser preenchidas.

23. Quando uma posição de liderança local ou distrital vagar, quanto tempo a pessoa que for indicada ou eleita para preencher essa posição servirá nessa designação?

A pessoa que for indicada ou eleita para preencher a vaga servirá até acabar o mandato em curso que ela está preenchendo.

24. Uma pessoa pode servir na junta de escrutinadores se ela não for um membro votante?

Sim.

25. As reuniões da junta da igreja são fechadas ou membros que não são da junta podem participar dessas reuniões? Qual é a diferença de uma “sessão pública” e uma “sessão executiva?” (parágrafos 35, 128)

As reuniões são geralmente abertas; entretanto, um não membro da junta não deve planejar participar de qualquer reunião sem conversar sobre isso primeiro com o presidente (pastor). Não membros não devem ter privilégios de voto na junta e somente podem ter privilégios de voz quando estes lhe forem dados por toda a junta. Algumas regras podem limitar a presença somente para membros.

*Robert's Rules of Order Newly Revised** (Regras de Ordem de Robert Recentemente Revisadas - 11a edição), declara o seguinte sobre uma sessão pública: “...Em reuniões com muitos grupos públicos, como juntas de escolas, o público pode participar. Semelhantemente, em algumas organizações privadas como conselhos de igrejas, os fieis podem ter permissão para participar. Essas pessoas não são membros da junta que se encontra e ordinariamente não têm direito de participar. Alguns grupos, especialmente os públicos, podem convidar não membros para expressarem suas visões, mas isso é feito sob controle do oficial presidente sujeito a quaisquer regras relevantes adotadas pelo grupo e sujeito ao apelo de um membro. Sempre, por regra ou prática, limites de tempo são colocados nas pessoas que falam e a relevância é monitorada de perto.”*

*Robert's Rules of Order Newly Revised** (Regras de Ordem de Robert Recentemente Revisadas - 11a edição), declara o seguinte sobre uma sessão executiva: “...Na maioria das organizações...reuniões de membresia são abertas ao público, mas reuniões de junta ou comitês são geralmente realizadas em sessões executivas. Nesse último caso, os membros da organização que não são membros da junta ou comitê e, às vezes não membros, podem ser convidados a participar, talvez para dar um relatório, mas eles não têm o direito de participar.”*

**Esse é o livro de referência parlamentar usado pela denominação. (parágrafo 35 do *Manual*)

26. Um serviço ativo, de tempo integral, de uma pessoa com licença ministerial local, pode ser contado para ordenação? (parágrafos 529, 531.3, 532.3)

Não. Não pode haver nenhum crédito de serviço para ordenação de indivíduos que têm uma licença ministerial local. Um ministro com licença local é um leigo e não pode ser considerado um ministro designado.

27. Quem é responsável para desenvolver um processo para diminuir o risco de má conduta sexual de pessoas em papéis de liderança na igreja local? (parágrafo 129.30)

A junta da igreja local. Qualquer plano aprovado deve incluir também uma política para uma resposta, caso uma má conduta venha a acontecer.

28. Se um indivíduo for acusado de um incidente de má conduta sexual com uma criança, essa pessoa pode ter qualquer tipo de posição de liderança, confiança ou ministério na igreja local? (parágrafos 538.9, 903.3; uma deliberação aprovada pela Junta de Superintendentes Gerais em 3 de dezembro de 2013 declara que as diretrizes no parágrafo 538.9 também se aplicam a leigos.)

Não. Uma pessoa nessa situação não pode servir em nenhuma função, só ser membro da igreja. Isso quer dizer que ela não pode ser empregada nem voluntária em nenhuma área de serviço da igreja. NOTA: Uma criança é definida como qualquer ser humano com menos de 18 anos, a não ser que a maioria seja atingida mais cedo de acordo com a legislação doméstica do estado ou país.

29. Qual é o processo para tratar de uma possível remoção de um membro da junta da igreja antes do mandato desse indivíduo expirar?

Um membro da junta da igreja não pode ser arbitrariamente removido dessa posição a não ser que haja um processo disciplinar envolvido, já que ele foi eleito pelos membros votantes da congregação. Aqui estão opções que podem ser seguidas:

a. O pastor pode implementar os passos para “resolução de problemas” que são encontrados no parágrafo 122.1 do Manual (que também faz referência a Mateus 18 e Gálatas 6).

b. Um superintendente distrital pode declarar que a igreja está em crise (parágrafos 125-125.2), e assim seguir os passos para remover a membresia da junta inteira; então, com as aprovações, indicar uma nova membresia; ou,

c. Iniciar os processos para ações disciplinares de leigos (parágrafo 604) ou ministros (parágrafo 605), a que for aplicável. (Essa opção não é altamente recomendada, já que sempre tende a dividir a congregação.)

30. Há um limite do número de membros da igreja que podem ser removidos pela junta da igreja local em um ano? (parágrafos 112.3, 120.1)

Não. Uma assembleia geral anterior aprovou retirar o parágrafo que decretava uma porcentagem máxima para esse processo.

NOTA: É recomendado que o superintendente distrital e o superintendente geral em jurisdição sejam notificados quando uma porcentagem significativa de membros estiver sendo removida do rol de membresia da igreja em um ou mais anos consecutivos.

31. O nome do membro da igreja que foi declarado inativo por ação da junta da igreja local ser retirado imediatamente do rol de membresia da igreja? (parágrafos 109.2, 112.3)

Não. Uma deliberação da Junta de Superintendentes Gerais (de 14 de abril de 1987) declara: "... que a intenção do parágrafo 109.2 não é permitir que retiradas precipitadas no rol de membros; ex. não antes de dois anos (parágrafo 112.3). Durante esse tempo, um membro faltoso pode ser colocado na lista de inativo ou deixado no rol de membros ativos."

Outra deliberação da Junta de Superintendentes Gerais (de 16 de fevereiro de 1987), que é relacionada com membros inativos da igreja local, declara: "que o status de um membro inativo torna-se efetivo na data quando a junta da igreja toma essa ação."

32. Um distrito pode vender propriedade de uma igreja inativa antes dela ser desorganizada? (parágrafos 104.3, 106.2, 106.3, 106.5)

Sim.

33. Os membros votantes de uma igreja local precisam votar na construção de prédios?

Sim. Uma deliberação da Junta de Superintendentes Gerais (de 19 de setembro de 2002) declara: "...que um voto congregacional é exigido como aprovação final para a construção de prédios, sendo ou não necessário o empréstimo de fundos."

34. Existe uma limitação de idade para uma pessoa ser ordenada? (parágrafos 531.3, 532.3)

Não. Uma assembleia geral anterior aprovou retirar o parágrafo que designava uma idade máxima para um candidato ser considerado para ordenação.

35. Quando uma Junta Consultiva Distrital aprova a nomeação de um pastor para a igreja local? (parágrafos 115, 117, 129.2, 160.8, 208.10, 222.12)

Uma deliberação da Junta de Superintendentes Gerais (de 17 de setembro de 2013) declara que: "...somente quando uma igreja tiver sido organizada há menos de cinco anos, ou tiver menos de 35 membros, ou estiver recebendo auxílio financeiro regular do distrito, ou quando um presbítero ou ministro licenciado tiver membresia ou estiver servindo como um funcionário pago na igreja local especificamente onde ele considerar a nomeação pastoral. Todas as outras instâncias de nomeação pastoral devem simplesmente ter a aprovação do superintendente distrital da junta da igreja local."

36. Qual é o processo se uma igreja local eleger um pastor, mas o indivíduo não aceitar o chamado inicial e depois, mais tarde, desejar reconsiderar o convite? (parágrafos 115-115.1)

Uma deliberação da Junta de Superintendentes Gerais (de 3 de dezembro de 2013) declara que: “quando um presbítero ou ministro licenciado receber dois terços de votos favoráveis de membros votantes elegíveis, mas não aceitar ao convite, a junta da igreja ou o candidato podem reconsiderar suas posições com uma maioria absoluta de votos da junta da igreja local, sem a necessidade de outra votação de toda a igreja. Se a decisão do candidato for pública para a congregação, uma reconsideração do chamado deverá ser submetida para a junta da igreja e se tiver voto favorável, recomendada para uma outra votação de toda a igreja.”